

Ceilândia quer mudar sua imagem

Criminalidade alta, desemprego, angústias, altos contrastes. Apesar de tudo isso, a cidade quer uma vida nova. Conseguirá?

A Ceilândia foi formada artificialmente no período de 1971 a 1972, como a maioria de suas similares, para abrigar os antigos e mais pobres moradores da "metrópole", expulsos pela especulação imobiliária e por falta de oportunidades, entre outras razões. Os primeiros moradores foram removidos das favelas Vila Esperança, Vila Tenório, Morro do Querosene, Morro do Urubu e Placa da Mercedes, que, na época, formavam um cinturão de pobreza em torno do Núcleo Bandeirante.

Hoje, apesar dos esforços governamentais e da população, Ceilândia continua sendo a desembocadura de angústias, sofrimentos e contradições do Plano Piloto, e um exemplo disso é a atual crise da construção civil, que afeta diretamente a maioria de seus quase 300 mil habitantes.

A triste e inegável fama de apresentar um dos maiores índices de criminalidade da região, leva seus habitantes a criar hábitos próprios como o fato de moças "de família" não poderem estudar à noite e operários que voltam tarde para casa andarem armados. Para a elegante administradora - Maria de Lourdes Abadia Bastos -, residente no Plano Piloto, "temos marginais mas sofremos com essa imagem que afasta os professores, funcionários públicos de trabalhar aqui", lembrando o fato da discriminação ir mais além, quando "nossas crianças fazem testes para emprego, passam com boa colocação, mas, quando dizem onde moram, são dispensados".

MIGRAÇÃO

Na opinião da administradora, que se diz eleita pelo povo, referindo-se a um abaixo assinado que teria sido feito ao fim da administração anterior, Pedindo sua continuação no posto, a causa do crescimento desordenado é bem romântica. Maria de Lourdes, em seu gabinete sempre repleto de moradores com os mais inusitados problemas, credita este "inchamento" da cidade ao fato de "todos os pobres do Brasil, principalmente aqueles que fogem da seca no Nordeste, acabam parando aqui". Em sua opinião os habitantes da Ceilândia "São muito hospitaleiros e solidários, forçando ainda mais a migração".

Pode ser constatada a análise de Maria de Lourdes, segundo a qual os migrantes "chegam aqui com o endereço do amigo do irmão do primo do fulano, encontram sempre algum contêrrâneo e vão morar na casa dele". O próximo passo é puxar

uma parede e arrumar suas coisas num quatinho de madeira, o que já criou a casta dos "hospedeiros", como são chamados. O mecânico desempregado José Luiz, recém-chegado do Nordeste, conseguiu "esticar a casa" de Jurandira Maria Xavier, mãe de 12 filhos, na QNN 25, conjunto A, lote 10, construindo um quarto com madeira, folhas de eucatex e latas de óleo. Para ele, a cidade é boa e só lamenta "terem roubado meu relógio no primeiro dia e ter tido que abandonar um emprego no Setor de Indústria por não poder pagar a passagem". Na casa de Jurandira, ele não paga aluguel e considera sua anfitriã "uma santa, difícil de encontrar". Como acontece na maioria das reportagens que se vai fazer em cidades pequenas, a opinião dos administradores não coincide muito com a dos moradores. O que, de certa forma, é compreensível ante a escassez de dotações orçamentárias em mãos desses governantes e a imensa gama de problemas que afetam diretamente cada família. A questão de posse dos lotes até hoje é uma incógnita para a maior parcela da população e muitos especulam com terrenos e barracos que chegam a custar 100 mil cruzeiros.

Na administração, está em andamento um Plano Mutirão, que, obviamente, não atinge a totalidade da população, mas, sem dúvida, mostra-se como o mais indicado. As famílias que receberam os lotes quando da época da remoção, em grande parte já os venderam, ante a valorização, ou continuam até hoje morando em barracos de madeira. Atualmente, a administração oferece barracões de alvenaria, projetos, serviços de topografia, demarcação, "gratuitos e sem muita burocracia", assegura Maria de Lourdes. Este plano, que já foi copiado pelo Banco Mundial, em 10 países, "faz com que não haja acomodação típica de favelas", diz ela.

Sempre frisando estar recebendo total apoio do Governo do Distrito Federal com a mesma insistência com que afirma não ter nenhum interesse político-eleitoreiro, Maria de Lourdes garante que o Plano Mutirão está construindo oito mil casas por iniciativa da comunidade, sem financiamento e com material que sobra das obras. Com a ideia de que, com tantos e complexos problemas, a única saída é buscar a colaboração estreita da comunidade, a administradora diz que já possui laços afetivos com a população e seus esforçados auxiliares, admitindo já ter ouvido a opinião de seus governados, segundo a qual "se está ruim com ela, pior seria sem ela,

porque ela pelo menos comeu muita poeira junto conosco".

URBANIZAÇÃO

Depois da visita do Presidente João Figueiredo à Ceilândia, que a considerou sua "menina dos olhos", muito do astigmatismo crônico da cidade foi medicado. Aumentou-se consideravelmente o número de pistas asfaltadas, áreas urbanizadas e foi estimulada a plantação de árvores pela população, com adubos e cal entregues pela Administração aos representantes de cada conjunto, eleitos pelos moradores. Esses "gerentes de conjunto" são recebidos toda quinta-feira pela administradora, em seu gabinete, quando traçam um espelho da situação nos seus redutos eleitorais.

Para a ligação de águas pluviais - ainda numa pequena parte - os moradores fizeram mutirão, construíram valas, compraram canos e à Caesb coube acionar o sistema. Para a execução da infra-estrutura, como esgotos, iluminação, águas pluviais e pavimentação, a cidade já recebeu a primeira parcela de 203 milhões de cruzeiros, de um total de 406 milhões. Na implantação da primeira fase - captação de águas pluviais - o problema maior foi conter as crianças que brincavam junto às máquinas de escavação, única forma de lazer existente para elas, quando não chove e as poças d'água se transformam em animadas piscinas.

O sistema de transportes melhorou com a circulação dos "minhocões", mas os moradores reclamam que a passagem custa 8,50 cruzeiros e os trocadores nunca têm troco. "ou dizem que não têm, enquanto, se você não tiver 50 centavos eles te botam pra fora do ônibus", desabafa Maria Célia, comerciária no Plano Piloto.

Maria de Lourdes, bastante otimista, acredita que "em dois anos a Ceilândia estará toda urbanizada com infra-estrutura completa". Pelo menos em termos de recordes, sua afirmação pode ser confirmada. A feira livre da cidade, que custaria 3 milhões e 600 mil cruzeiros, saiu por 395 mil e foi construída em dois meses, num total de 412 bancas de vendas. A administração comprou o material em licitação, reuniu os feirantes e estes fizeram as obras. "não tendo, até hoje, uma única telha quebrada", observou Maria de Lourdes. Ela diz que a participação da comunidade faz com que esta zele pelo que é de todos.

Este trabalho de conscientização, entende a administradora, "fez com que dos 60 telefones públicos aqui instalados nenhum fosse destruído,

como podemos constatar nos aparelhos do Plano Piloto".

EDUCAÇÃO E MEDICINA

A rede escolar da Ceilândia é hoje uma das mais completas do Distrito Federal, funcionando com base na integração escola - comunidade. São 63 complexos escolares e 54 mil alunos, inclusive em idade pré-escolar. Segundo Maria de Lourdes, as escolas suprem as deficiências de nutrição, "melhorando o aspecto das crianças quanto à higiene e saúde", além de promover cursos profissionalizantes para os pais. Estas participam da definição de currículos, orientação dos filhos na escola e, muitas vezes, se reúnem para pintar muros, consertar cadeiras, cercas ou oferecer qualquer tipo de mão-de-obra. Os professores lutam contra todo tipo de dificuldades e não são raros aqueles que, antes do início das aulas, permanecem na fila por uma lata d'água do carro pipa, para uso dos alunos. Outros compram, do próprio bolso, lápis e canetas para serem distribuídos, porque "a maioria dos pais não tem dinheiro e compra um lápis para ser quebrado em três pedaços, repartidos pelos filhos", salienta um professor, que já teve muito alunos com dificuldades no aprendizado por não conseguirem pegar com segurança um cotoco de lápis.

Na Ceilândia, existe uma unidade de saúde curativa - preventiva e sete postos preventivos. O diretor da unidade, Aristeu, conta com 19 médicos e garante que todos trabalham na base do sacrifício. Só no posto principal de instalações simples e higiênicas, são atendidos 400 pacientes por dia e, os casos mais graves, ou de internamento, são transferidos para Taguatinga e Plano Piloto. No ano passado, foram vacinadas 100 mil crianças e este ano a previsão é de que se chegará aos 150 mil. Aristeu garante que não há nenhum surto de doença na cidade e acusa a população de fazer críticas sem fundamento. Segundo ele, quando da visita do Ministro Jair Soares, da Previdência Social, àquele estabelecimento, uma moradora fez violentas críticas e depois afirmou que só queria aparecer na televisão.

Aristeu diz que não acredita em porta fechada e que pretende tirar a porta de seu gabinete para ouvir sugestões de todos que possam colaborar. Ele não mora na Ceilândia e assegura que "o médico gosta de liberdade, trabalha o quanto precisa, mas mora onde quer". O diretor promove cursos de reciclagem para seus funcionários de seis

em seis meses e admite que sua unidade sofre dos mesmos problemas de excesso de atendimentos, que afetam os postos periféricos em todo o país. Sua esperança é a anunciada construção de mais oito postos, existe apenas uma kombi e, necessária uma ambulância, tem que ser pedida aos Hospitais de Taguatinga ou do Plano Piloto.

Com a crise do setor de construção civil, em Brasília, é notório o alto índice de desemprego verificado na Ceilândia. Segundo a administradora, isso se constituiu em motivo de preocupação por parte do Governo do Distrito Federal. Para ela, a grande concentração de populações vindas da zona rural pobre, sem capacitação, gera dois tipos de manifestação: "ou o cidadão vira peão de obra ou se degringola, no mesmo processo que se encontra nas grandes cidades com a marginalização das populações periféricas". Esta concentração de famílias de baixa renda, continua Maria de Lourdes, "normalmente traz complexos problemas sociais criando marginais, alcoólatras e prostitutas".

Entre os moradores, a opinião, de um modo geral, é de que a cidade melhorou, tem menos poeira, mas ainda está longe de oferecer o conforto necessário a uma população que trabalha em média de 10 a 18 horas por dia. A história dessas pessoas é muito semelhante, com a maioria vindo de seus Estados de origem por falta de melhores oportunidades de sobrevivência.

Georgina Gomes, residente com mais cinco famílias na QNN - 23, conjunto G, lote 4, veio de Formosa, "onde o serviço estava escasso". O barraco, em madeira, possui nove cômodos e é alugado por 450 cruzeiros cada dois cômodos. A proprietária quer vender o lote por 40 mil cruzeiros e Georgina lamenta que, "depois de enfrentarmos a favela do IAPI lata d'água nas costas, as veias arreventadas e a poeira, podemos até ser expulsos daqui, agora que melhorou um pouquinho com o asfalto na rua". Seu marido é pedreiro e está desempregado, ele trabalhava numa firma de limpeza, até que sofreu um problema na mão e teve que parar. Georgina reconhece que, em seu conjunto, as coisas melhoraram com a iluminação pública e o asfalto, mas, segundo ela, não existe nenhum tipo de diversão na cidade, obrigando aqueles que têm dinheiro a procurar lazer no Plano Piloto, gastando 17 cruzeiros só em passagens.

Para Vera Lúcia, mãe de cinco filhos e residente na casa vizinha à

de Georgina, "a cidade melhorou, mas a nossa vida financeira piorou muito". Seu marido é pedreiro e recebe 800 cruzeiros por semana, cruzeiros de luz e é obrigado a fazer biscates para complementar o orçamento. No ano que vem, garante Vera Lúcia, "vou botar todos meus filhos na creche, porque preciso trabalhar". Segundo ela, que como a maioria da população frequenta centros espíritas e igrejas de todas as tendências, existentes em profusão na cidade, "o dinheiro não dá nem para ir visitar os parentes, comprar um remédio e, às vezes, até para o bujão de gás".

Vera Lúcia endossa a unanimidade dos vizinhos ao criticar a política habitacional da SHIS, que, segundo ela, "foi criada para dar casa a quem não tinha, mas hoje atende a maior parte já proprietária de imóvel". Ela também se ressentida da falta de lazer, mas admite que, para as crianças, internadas no centro comunitário, não falta diversão e ainda recebem roupas e alimentos.

A moradora da QNN - 25, conjunto A, lote 2, Sueli Ferreira, está na Ceilândia há oito anos e concorda que a cidade "melhorou um pouco". O seu maior problema é a falta d'água, durante a maior parte do dia, apesar de terem sido instalados canos e torneiras, "obrigando o pessoal ao sacrifício de levar água na cabeça e que me causou uma dor nas costas que não me abandona". Ela reclama que as luzes da rua não acendem e muitas lâmpadas foram quebradas ou roubadas, acrescentando que não adianta reclamar na CEB porque não dá resultado. Com três filhos e grávida, Sueli diz que não agüenta mais os assaltantes, lembrando que, na semana passada, empilhou alguns tijolos no quintal que foram roubados durante a noite. Para ela, é um absurdo que os lotes na QNNs custem 19 mil cruzeiros e o seu 50 mil, afirmando que "queremos justiça e teremos que fazer greve".

O policiamento é o setor que mais críticas recebe, Sueli lembra que, há pouco tempo, uma dupla, sendo um aleijado, matou um operário e continua solta, morando na sua vizinhança. Os moradores são unânimes em considerar inútil o trabalho da polícia, que "prende o sujeito de dia e solta de noite". Para eles, "só depois que morre alguém, é que eles tomam alguma providência", sendo muito conhecida a história de uma senhora que foi assaltada, gritou e, quando a polícia chegou, apenas perguntou se tinha

morrido alguém, e foi embora. Os trabalhadores reclamam de serem assediados pela polícia em busca de documentos e muitas vezes vão para o xadrez porque "você aqui não pode andar com nada no bolso, senão é assaltado", lamentou um pintor biscateiro.

Vinda do interior da Bahia, há oito anos, Jurandira Maria Xavier tem 12 filhos e mora num barraco de madeira na QNN 17, onde os problemas não diferem dos de outras quadras. Suas três filhas já foram assaltadas e ela, esta semana, ao buscar lenha no cerrado, presenciou que sendo seguida e voltou correto para casa. As principais críticas dessa família são a falta d'água, a necessidade de dormir na fila do posto médico para serem atendidas, a falta de policiamento e de oportunidades de emprego. Todos concordam que o sistema de transporte melhorou e, quando alguém fica doente, "o jeito é ir catar ervas no cerrado para fazer um chazinho, porque dinheiro para remédio não tem", explica Jurandira.

Segundo esta família, quase todo dia ouvem - se tiroteios nas redondezas, obrigando-a a fechar portas e janelas e a se esconder debaixo da cama. A filha mais velha entende que "a maioria aqui é operário ou doméstica e quando não encontram emprego vão para a malandragem", mostrando-se surpresa com o fato da escola de datilografia não aceitar menores de 14 anos. Próximo à sua residência, funciona uma casa de prostituição e as mulheres andam nuas, agridem os vizinhos e dizem palavrões o dia todo, além de promoverem animadas festas durante a noite. Na opinião da vizinhança, esta casa funciona com a anuência da polícia e muitos citam o caso de seu Raimundo, "um paraibano decente, que apanhou delas e ainda foi processado".

Na QNN 21, as coisas ainda são piores, porque nem o asfalto foi colocado. O comerciante Anísio Gustavo, estabelecido no conjunto E, diz que vai à administradora porque a imensa vala que divide a quadra está prejudicando sua mercadoria, que não pode nem ser abastecida por falta de vias transitáveis. Esta imensa vala, que serve de depósito de lixo e vive infestada de mosquitos, foi aberta para colocação de manilhas e não foi aterrada, recebendo ainda o apoio da erosão. Segundo este comerciante, "aqui a polícia não entra, porque não tem como passar e, a pouco tempo, cortaram a orelha de um".